

DSSCU

Pedido de unificação do regime jurídico e de modificação do aproveitamento dos terrenos em representação da sociedade

Senhor
Chefe do Executivo da
Região Administrativa Especial de Macau

Excelência:

A sociedade com a firma _____, registada na Conservatória dos Registos Comercial e de Bens Móveis sob o n.º _____, com sede em _____ legalmente representada por (1) _____, (2) _____, (3) _____, portador/a do Bilhete de Identidade de Residente de Macau / (4) _____ n.º _____, residente em _____, com o n.º de telefone de contacto _____, proprietária do terreno em regime de propriedade perfeita, com a área de _____ m2, situado em _____, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º _____ e inscrito a seu favor conforme a inscrição n.º _____, e concessionária do terreno que lhe está concedido por _____ (aforamento ou arrendamento), com a área de _____ m2, situado em _____, descrito na mesma Conservatória sob o n.º _____ e inscrito a seu favor conforme a inscrição n.º _____, pretendendo, relativamente àqueles terrenos:

- Unificar o seu regime jurídico;
- Alterar a sua finalidade, passando a destinar-se a
Finalidade pretendida _____
- Modificar o seu aproveitamento em conformidade com o:
 - Plano de reaproveitamento junto;
 - Estudo prévio junto;
 - Projecto já apresentado na DSSCU em ____ de _____ de _____,

vem requerer a V. Ex.^a que, nos termos do artigo 124.º da Lei n.º 10/2013 (Lei de Terras) se digne autorizar a pretensão acima especificada, com a consequente alteração do contrato de concessão em vigor, conforme o previsto no n.º 2 do já citado artigo 141.º da Lei de Terras.

Mais declara o requerente comprometer-se a satisfazer, nos prazos que para o efeito lhe forem fixados pelos Serviços da Administração, todas as obrigações resultantes da legislação aplicável, incluindo a apresentação de todos os elementos e documentos eventualmente omissos no presente requerimento e necessários à instrução do respectivo processo, sob pena de, nos termos do artigo 164.º da Lei de Terras, o pedido ser indeferido e arquivado o processo.

Macau, ____ de _____ de 202__.

Pede deferimento

(A assinatura deve ser idêntica à do documento de identificação, devendo apresentar o original do mesmo para efeitos de verificação)

Anexo: “Declaração do representante da pessoa colectiva” e cópia da última licença de ocupação temporária válida.

(1) Nome (2) Nacionalidade (3) Estado Civil (4) Outro documento

Declaração de Recolha de Dados Pessoais

De acordo com a Lei no 8/2005- “Lei da Protecção de Dados Pessoais”:

1. Os dados pessoais recolhidos são tratados com finalidades relativas ao seu requerimento.
2. Em cumprimento de obrigação legal, os dados pessoais podem ser comunicados às outras entidades competentes.
3. Os titulares dos dados têm direito de acesso, rectificação e actualização aos seus dados pessoais conservados pela DSSCU.



DSSCU*0262*

T010P